



Concessionária Aeroporto Rio de Janeiro S.A.

Demonstrações financeiras acompanhadas do
Relatório do Auditor Independente

Em 31 de dezembro de 2017

Índice

	Página
Relatório do Auditor Independente sobre as demonstrações financeiras	3
Demonstrações financeiras	10
Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e de 2016	16

Relatório do Auditor Independente sobre as demonstrações financeiras

Grant Thornton Auditores Independentes
Rua Voluntários da Pátria, 89 – 5º andar
Botafogo
Rio de Janeiro | RJ | Brasil

T +55 21 3529-9234
www.grantthornton.com.br

Aos
Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Concessionária Aeroporto Rio de Janeiro S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Concessionária Aeroporto Rio de Janeiro S.A. (Companhia ou “CARJ”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Concessionária Aeroporto Rio de Janeiro S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 1 das demonstrações financeiras, as quais indicam que a Companhia apresenta prejuízos líquidos recorrentes e capital circulante líquido negativo no montante de R\$ 723.555 mil decorrente, basicamente, da sua dívida de curto prazo e das obrigações com o poder concedente pela aquisição da concessão. A Administração da Companhia executou ao longo de 2017 ações para reequilíbrio desta situação, as quais estão descritas na referida Nota e envolveram a reprogramação dos pagamentos pela aquisição da concessão, a reestruturação societária do acionista privado e a conversão do empréstimo ponte em longo prazo, alongando os prazos de pagamento da dívida. A continuidade das atividades operacionais da Companhia e a capacidade em honrar com os compromissos de curto prazo anteriormente mencionados depende do suporte financeiro por parte dos acionistas e/ou recursos de terceiros, mediante integralização do capital subscrito pelo acionista não controlador e desembolso do saldo remanescente do empréstimo de longo prazo já contratado, ambos previstos para o primeiro semestre de 2018. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Ênfase – Operação Lava-Jato

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 1 d das demonstrações financeiras. Desde 2014 encontram-se em andamento investigações e outras medidas legais conduzidas pela Justiça Federal e pelo Ministério Público Federal, no contexto da chamada Operação “Lava Jato”, que tem por objeto, principalmente, práticas relacionadas à corrupção e lavagem de dinheiro, e que envolvem empresas e executivos do Grupo Odebrecht, do qual a Companhia fez parte até 14 de dezembro de 2017, conforme descrito na Nota 1 b (ii). A Companhia não tem conhecimento sobre nenhum tipo de investigação que esteja em andamento, conduzida por autoridades públicas federais, ou de nenhuma investigação conduzida por agentes públicos locais ou organismos internacionais contra a Companhia ou os seus executivos relacionada à Operação Lava Jato. Até o presente momento, ainda não há como determinar se a Companhia será afetada pelos resultados das referidas investigações e por quaisquer de seus desdobramentos e suas consequências futuras. As demonstrações financeiras da Companhia não incluem quaisquer efeitos que possam advir desses assuntos. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Além do assunto descrito na seção “Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional”, determinamos que os assuntos descritos abaixo são os principais assuntos de auditoria a serem comunicados em nosso relatório.

Redução ao valor recuperável do Ativo intangível relacionado à concessão

A CARJ possui um Ativo intangível significativo derivado do direito de exploração da infraestrutura do Aeroporto pelo prazo de 25 anos. Em 31 de dezembro de 2017, o saldo total reconhecido no Ativo intangível da Companhia era de R\$ 15.479.737 mil, conforme detalhado na Nota 14. A Administração avaliou a recuperabilidade desses ativos por meio da elaboração de modelos de avaliação econômico financeiro que contemplam: (a) o plano de negócios da



CARJ para os anos subsequentes; (b) informações de mercado que possam impactar o modelo de negócio da Companhia, e (c) elaboração do fluxo de caixa projetado trazido ao valor presente pela taxa de desconto calculada com base em práticas usuais de mercado. Dessa forma, o modelo econômico financeiro está sujeito a um nível maior de incerteza, na medida em que a Companhia efetua julgamentos significativos para estimar esses valores. Consideramos esse assunto como significativo para nossa auditoria devido ao alto grau de julgamento no processo de avaliação do valor recuperável desse Ativo intangível.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Como parte de nossos procedimentos de auditoria, efetuamos a análise da política contábil e, com base em amostragem, selecionamos valores que foram alocados ao Ativo intangível para verificação da respectiva documentação suporte para as adições realizadas no decorrer de 2017. Com o auxílio de especialistas, avaliamos de forma independente os modelos econômico financeiros apresentados pela CARJ e, caso nossa conclusão apontasse evidência de perdas, solicitamos à Companhia esclarecimentos sobre os julgamentos e premissas utilizadas, bem como evidências qualitativas para a manutenção do valor contábil. Os procedimentos dos especialistas envolveram: (a) análise da razoabilidade das premissas e julgamentos exercidos pela Administração da Companhia; (b) verificação dos modelos matemáticos e se foram elaborados nos padrões de mercado aceitos, e (c) conclusão dos resultados obtidos nas projeções de fluxo de caixa. Os nossos procedimentos incluíram também a avaliação das divulgações efetuadas pela CARJ nas demonstrações financeiras descritas nas Notas 2 e 14.

Com base na abordagem e procedimentos de auditoria acima descritos, obtivemos evidências de auditoria apropriadas e suficientes com relação à adequação do uso pela Administração da Companhia da base contábil para a mensuração do valor recuperável do Ativo intangível na elaboração das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Imposto de renda diferido ativo

A Companhia reconhece imposto de renda e contribuição social diferidos ativos sobre diferenças temporárias, prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social conforme detalhado na Nota 12. Em 31 de dezembro de 2017, o montante de imposto diferido ativo líquido era de R\$ 398.166 mil. O reconhecimento destes tributos diferidos são registrados na extensão em que haja lucro tributável futuro. Consideramos esse assunto como significativo para nossa auditoria devido à subjetividade e julgamento na estimativa de lucro tributável futuro, que considera projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Como parte dos nossos procedimentos de auditoria, dentre outros, envolvemos nossos especialistas em avaliação de modelos econômicos financeiros para nos auxiliar nas análises sobre as projeções de resultados e realização futura desses impostos diferidos ativos. Envolvemos nossos especialistas em impostos para nos auxiliar nas análises sobre o cálculo dos impostos diferidos ativos, na validação da razoabilidade da base de cálculo dos prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social e, avaliação quanto aos aspectos qualitativos e quantitativos das diferenças temporárias. Adicionalmente, avaliamos as divulgações nas demonstrações financeiras com relação aos impostos diferidos ativos.



Com base na abordagem e procedimentos de auditoria acima descritos, obtivemos evidência de auditoria apropriadas e suficientes com relação ao reconhecimento, mensuração e recuperabilidade do imposto de renda diferido ativo mediante disponibilidade de lucros tributáveis futuros projetados pela Administração da Companhia no contexto da elaboração das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Reconhecimento das receitas tarifárias

O reconhecimento das receitas de aeronaves, passageiros, armazenagem e capatazia é altamente dependente de sistemas informatizados, das informações prestadas pelas companhias aéreas que operam nos terminais de passageiros e cargas, e nos controles internos para que as receitas sejam reconhecidas de acordo com as normas contábeis vigentes. Este processo leva em consideração outros aspectos que podem impactar o reconhecimento da receita, como o cadastro e atualização dos preços das tarifas aeroportuárias, o volume de passageiros embarcados e em conexão, controle de aeronaves em pouso e permanência, natureza do serviço prestado na área de carga, modelo e peso da aeronave, entre outros. Consideramos esse assunto como significativo para nossa auditoria devido à alta dependência de sistema informatizado e do ambiente de tecnologia e dos seus respectivos controles relacionados ao reconhecimento de receita, incluindo os preços praticados e o volume de transações efetuadas durante o exercício.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Como parte de nossos procedimentos de auditoria, efetuamos o entendimento dos controles internos relacionados à captura de informações de passageiros embarcados e em conexão, pousos e permanências de aeronaves, bem como os controles internos relacionados ao terminal de cargas. Com o suporte dos especialistas em ambiente de tecnologia, e com base em uma amostragem, efetuamos o teste de reperformance dos cálculos de receitas por categoria e a adequação dos registros contábeis de receitas na demonstração do resultado do exercício. Adicionalmente, realizamos testes substantivos em uma amostra para a validação dos dados inseridos no sistema informatizado, visando confirmar a eficácia dos controles internos. Realizamos a leitura das divulgações efetuadas pela Companhia vislumbrando verificar a conformidade e detalhamento de informações relativas à mensuração e reconhecimento das receitas, conforme requerido pelas regras contábeis.

Com base na abordagem e procedimentos de auditoria acima descritos, obtivemos evidência de auditoria apropriadas e suficientes e consideramos que os critérios e as políticas de reconhecimento de receitas da Companhia derivadas de taxa de embarque e conexão de passageiros, pouso e permanência de aeronaves, armazenagem e capatazia são apropriadas e foram adequadas no contexto das demonstrações financeiras como um todo.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de



acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

As demonstrações financeiras correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente examinados por outros auditores independentes que emitiram relatório datado de 15 de maio de 2017, sem modificação, contendo os mesmos parágrafos de incerteza sobre a continuidade operacional e parágrafo de ênfase sobre a operação Lava Jato.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos ou expressaremos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler as outras informações identificadas acima e, ao fazê-lo, considerar se essas outras informações estão, de forma relevante, inconsistentes com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparentam estar distorcidas de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.



Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 02 de março de 2018.

A handwritten signature in blue ink, appearing to read "Marcio Romulo Pereira".

Marcio Romulo Pereira

CT CRC RJ- 076774-O - 7

Grant Thornton Auditores Independentes
CRC SP-025.583/O-1 "S" – RJ

Concessionária Aeroporto Rio de Janeiro S.A.

Balço Patrimonial em 31 de dezembro

Em milhares de reais

Ativo	2017	2016	Passivo e patrimônio líquido	2017	2016
Circulante			Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 7)	265.461	140.892	Financiamentos (Nota 15)	82.615	1.123.764
Aplicações financeiras (Nota 8)		127.465	Fornecedores e contas a pagar	46.644	48.175
Contas a receber (Nota 9)	175.355	93.588	Obrigações sociais e trabalhistas	26.604	24.962
Partes relacionadas (Nota 11)		355	Adiantamento de clientes (Nota 16)	29.919	21.931
Estoques	6.633	6.138	Tributos a pagar	6.791	6.739
Tributos a recuperar (Nota 10)	112.338	150.997	Credor pela aquisição da concessão (Nota 18)	1.054.532	1.938.709
Despesas antecipadas	6.700	6.224	Repasse de adicionais sobre tarifa (Nota 19)	43.495	38.452
Outros ativos	558	992		1.290.600	3.202.732
	567.045	526.651			
Não circulante			Não circulante		
Contas a receber (Nota 9)	431	1.323	Financiamentos (Nota 15)	724.832	
Partes relacionadas (Nota 11)	18.444	18.444	Partes relacionadas (Nota 11)	24.880	24.880
Tributos a recuperar (Nota 10)		35.267	Credor pela aquisição da concessão (Nota 18)	9.648.098	11.088.078
Tributos diferidos (Nota 12 (b))	398.166	231.240	Adiantamento de clientes (Nota 16)	180.278	141.472
Despesas antecipadas	558	2.900		10.578.088	11.254.430
	417.599	289.174			
Imobilizado (Nota 13)	2.572	2.180	Patrimônio líquido (Nota 20)		
Intangível (Nota 14)	15.479.737	14.979.332	Capital social	5.390.484	1.790.393
			Prejuízos acumulados	(792.219)	(450.218)
	15.899.908	15.270.686		4.598.265	1.340.175
Total do ativo	16.466.953	15.797.337	Total do passivo e do patrimônio líquido	16.466.953	15.797.337

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária Aeroporto Rio de Janeiro S.A.

Demonstração do resultado Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	2017	2016
Receita líquida (Nota 21)	896.356	1.181.587
Custo dos serviços (Nota 22)	(616.737)	(997.788)
Lucro bruto	279.619	183.799
Despesas operacionais		
Gerais e administrativas (Nota 23)	(70.260)	(75.361)
Outras receitas e despesas, líquidas	3.282	1.239
Lucro operacional antes do resultado financeiro, líquido	212.641	109.677
Receitas financeiras (Nota 24)	20.911	38.795
Despesas financeiras (Nota 24)	(742.479)	(679.600)
Resultado financeiro, líquido	(721.568)	(640.805)
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(508.927)	(531.128)
Imposto de renda e contribuição social diferido (Nota 12 (a))	166.926	180.300
Prejuízo do exercício	(342.001)	(350.828)
Prejuízo por ação básico e diluído (expresso em R\$ por ação) (Nota 25)	(0,13)	(0,21)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária Aeroporto Rio de Janeiro S.A.**Demonstração do resultado abrangente**
Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Prejuízo do exercício	(342.001)	(350.828)
Resultado abrangente no patrimônio líquido		
Total do resultado abrangente do exercício	<u>(342.001)</u>	<u>(350.828)</u>

Concessionária Aeroporto Rio de Janeiro S.A.

Demonstração das mutações no patrimônio líquido

Em milhares de reais

	Capital social			Prejuízos acumulados	Total
	Capital subscrito	Capital a integralizar	Capital integralizado		
Em 1º de janeiro de 2016	1.790.393	(436.496)	1.353.897	(99.390)	1.254.507
Integralização de capital social		436.496	436.496		436.496
Prejuízo do exercício				(350.828)	(350.828)
Em 31 de dezembro de 2016	1.790.393		1.790.393	(450.218)	1.340.175
Aumento de capital social (Nota 20)	3.921.568	(321.477)	3.600.091		3.600.091
Prejuízo do exercício				(342.001)	(342.001)
Em 31 de dezembro de 2017	5.711.961	(321.477)	5.390.484	(792.219)	4.598.265

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária Aeroporto Rio de Janeiro S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(508.927)	(531.128)
Ajustes:		
Depreciação e amortização	157.835	122.269
Ajuste a valor presente	247.668	198.722
Provisão para contingência		(15)
Juros e encargos sobre financiamentos e outorga fixa	253.137	181.838
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	2.465	3.116
Apropriação de receita diferida	(39.933)	19.262
Variação monetária	209.776	267.688
Baixas de Imobilizado	<u>59</u>	
	322.080	261.752
Variações nos ativos e passivos		
Aplicações financeiras	127.465	(90.487)
Contas a receber	24.572	73.288
Partes relacionadas	355	(29.910)
Tributos a recuperar	70.514	(58.869)
Estoques	(494)	18
Despesas antecipadas	1.866	1.662
Outros ativos	507	915
Fornecedores e outras contas a pagar	(1.531)	(129.319)
Obrigações sociais e trabalhistas	1.642	(5.262)
Tributos a pagar	52	(6.764)
Outorga variável	2.050	(2.755)
Adiantamento de clientes	(21.185)	45.294
Repasse de adicionais sobre tarifa	<u>5.036</u>	<u>7.925</u>
Caixa proveniente das operações	<u>532.929</u>	<u>67.488</u>
Juros pagos sobre financiamentos	(92.851)	(92.623)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	<u>440.078</u>	<u>(25.135)</u>
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Aquisições intangível	(36.488)	(304.738)
Outorga fixa	(3.508.749)	(120.000)
Aquisições de imobilizado	<u>(1.002)</u>	<u>(590)</u>
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	<u>(3.546.239)</u>	<u>(425.328)</u>
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Ingressos de financiamentos	826.283	
Aumento e integralização do capital social	3.600.091	436.496
Amortização de financiamentos	(1.136.667)	
Pagamento custo de transação	<u>(58.977)</u>	<u>(32.674)</u>
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamentos	<u>3.230.730</u>	<u>403.822</u>
Redução líquida do caixa e equivalente de caixa	124.569	(46.641)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	<u>140.892</u>	<u>187.533</u>
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	<u>265.461</u>	<u>140.892</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária Aeroporto Rio de Janeiro S.A.

Demonstração do valor adicionado Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais

	2017	2016
Receitas		
Receita de serviços	977.395	800.291
Receita de Construção ICPC 01	36.882	478.696
Outras receitas	3.282	1.239
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(2.465)	(3.116)
	<u>1.015.094</u>	<u>1.277.110</u>
Insumos adquiridos de terceiros		
Custos operacionais	(370.341)	(346.582)
Custo de obras de Infra-Estrutura-ICPC 01	(36.882)	(478.696)
	<u>(407.223)</u>	<u>(825.278)</u>
Valor adicionado bruto	607.871	451.832
Depreciação e amortização	(157.835)	(122.269)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	<u>450.036</u>	<u>329.563</u>
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	20.911	38.795
Valor adicionado total a distribuir	<u>470.947</u>	<u>368.358</u>
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal	100.943	101.522
Remuneração direta	79.204	80.429
Benefícios	16.233	15.543
FGTS	5.506	5.550
Impostos, taxas e contribuições	(20.261)	(65.561)
Federais	(47.817)	(89.513)
Estaduais	270	772
Municipais	27.286	23.180
Remuneração de capitais de terceiros	732.266	683.225
Encargos financeiros e outros	732.266	683.225
Remuneração de capitais próprios	(342.001)	(350.828)
Prejuízo retido	(342.001)	(350.828)
Valor adicionado distribuído	<u>470.947</u>	<u>368.358</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária Aeroporto Rio de Janeiro S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1 Informações gerais

A Concessionária Aeroporto Rio de Janeiro S.A. (“CARJ” ou “Concessionária” ou “Companhia”) foi constituída em 4 de fevereiro de 2014 e tem por objeto social exclusivo a exploração, sob o regime de concessão, do Aeroporto Internacional Antônio Carlos Jobim – Galeão (“Aeroporto do Galeão” ou “Galeão”), e a prestação dos serviços de execução, gestão e fiscalização dos serviços necessários à ampliação, manutenção, gerenciamento e exploração do Aeroporto do Galeão. A Companhia tem sede na Avenida Vinte de Janeiro, s/nº - Aeroporto Internacional Antônio Carlos Jobim, Galeão, na cidade do Rio de Janeiro, estado do Rio de Janeiro.

(a) Contrato de concessão

Em 2 de abril de 2014, a Companhia e a Agência Nacional de Aviação Civil (“ANAC” ou “Agência” ou “Poder Concedente”) assinaram o contrato de concessão do Aeroporto do Galeão, decorrente do Edital de Concessão nº 01/2013, com vigência pelo prazo de 25 anos, prorrogável por até 5 anos. A Companhia iniciou as suas operações em 12 de agosto de 2014.

O contrato tem por objeto a concessão dos serviços públicos para a ampliação, manutenção e exploração da infraestrutura aeroportuária do complexo, a ser implementada nas seguintes fases:

- FASE I-A - Transferência das operações do Aeroporto sob comando da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (“Infraero”) para a Companhia;
- FASE I-B - Ampliação do Aeroporto pela Companhia para adequação da infraestrutura e melhoria do nível de serviços;
- FASE II - Demais fases de ampliação, manutenção e exploração do Aeroporto para atendimento aos parâmetros mínimos de dimensionamento previstos no Plano de Exploração Aeroportuária–PEA.

Integram a concessão os bens necessários à prestação do serviço de exploração aeroportuária disponibilizados pelo poder público e incorporados pela Companhia. Os investimentos em obras e intervenções nos bens do poder público, previstos no contrato de concessão, não são passíveis de reembolso. Extinta a concessão, retornarão ao poder concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à infraestrutura do complexo aeroportuário.

Pelo direito de exploração do complexo aeroportuário do Galeão, a Companhia se obriga a pagar à União as seguintes contribuições:

- **Contribuição fixa:** Corresponde ao montante a ser pago em decorrência da oferta realizada pela concessão, conforme cronograma estabelecido no Termo Aditivo nº 001/2017 ao contrato de concessão;
- **Contribuição variável:** Correspondente ao montante anual resultante da aplicação da alíquota de 5% sobre a base da receita bruta anual deduzido do montante resultante da aplicação da alíquota de 26,4165% sobre a receita proveniente da cobrança de tarifas de embarque, pouso e permanência e dos preços unificados e de permanência, domésticas e internacionais, e de Armazenagem e Capatazia; e
- **Contribuição mensal:** Corresponde a aplicação de alíquota de 22,652134% sobre a receita proveniente da cobrança de tarifas de embarque, pouso e permanência e dos preços unificados e de permanência, domésticas e internacionais, e de armazenagem e capatazia, conforme decisão nº 106 emitida em 28 de junho de 2017 pela Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC.

Concessionária Aeroporto Rio de Janeiro S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Adicionalmente, possui como remuneração as receitas tarifárias de embarque, conexão, pouso e permanência, armazenagem e capatazia, e receitas não tarifárias referentes à exploração de atividades econômicas que envolvem a utilização de espaços no complexo aeroportuário.

(b) Contexto operacional

(i) Reprogramação dos pagamentos das contribuições fixas

A Companhia apresentou em 05 de abril de 2017 o pleito no qual solicitou adesão ao programa de reprogramação das contribuições fixas do contrato de concessão, nos termos da Portaria nº 135 (“Portaria”) do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil (“MTPAC”), publicada no Diário Oficial da União de 29 de março de 2017. Nos termos do pleito, a Concessionária propôs a quitação das parcelas de 2018, 2019 e parte da parcela de 2020 entre os meses de dezembro de 2017 e junho de 2018. A proposta apresentada considera um período de não pagamento de outorgas fixas regulares entre 2018 e 2022 (inclusive). A partir de 2023, está prevista a retomada dos pagamentos da contribuição fixa através de parcelas crescentes que acompanharão a capacidade de geração de caixa da Companhia.

Em 17 de abril de 2017, o MTPAC atestou que a proposta apresentada pela Companhia atendia a todos os requisitos da Portaria e concedeu anuência prévia ao pleito reformulado, encaminhando-o à ANAC para as providências cabíveis.

Em 08 de maio de 2017, a Companhia protocolou junto à ANAC o pedido de alteração do contrato de concessão para fins de inclusão das cláusulas referentes à reprogramação das contribuições fixas. Em 22 de agosto de 2017, a Diretoria Colegiada da ANAC deliberou favoravelmente à reprogramação dos pagamentos da Contribuição Fixa, estando a mesma condicionada ao pagamento da Contribuição Fixa referente ao ano de 2017 vencida em 07 de maio de 2017.

Nesta mesma data, a Agência aprovou o pedido de alteração do contrato de concessão feito pela Companhia, cujo termo aditivo nº 001/2017 foi assinado em 18 de dezembro de 2017, data em que foi realizado o pagamento integral, incluindo multa e juros, da contribuição fixa de 2017 no montante de R\$ 1.044.842. Após realização deste pagamento, a Companhia quitou em 19 de dezembro de 2017 a primeira parcela da reprogramação nos termos do aditivo, perfazendo o montante total de R\$ 1.512.048.

Para fazer frente à obrigação de pagamento da Contribuição Fixa de 2017 e da primeira parcela da Contribuição Fixa antecipada, os acionistas aportaram o montante de R\$ 3.030.749, conforme descrito na Nota 20.

(ii) Reestruturação societária do acionista privado

Em 12 de dezembro de 2017 a ANAC apresentou deferimento ao pedido da CARJ quanto à modificação da composição acionária do seu acionista privado Rio de Janeiro Aeroportos S/A (“RJA”), permitindo que a Odebrecht Transport Aeroportos S/A (“OTPA”) ou sua sucessora Odebrecht Transport S/A (“OTP”) transferisse as suas ações para a Excelente B.V..

O processo de reestruturação societária da RJA foi concluído em 14 de dezembro de 2017, por meio do qual a Excelente B.V. passou a ser detentora de 100% (cem por cento), ou seja, da totalidade das ações de emissão da RJA.

Concessionária Aeroporto Rio de Janeiro S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(iii) Empréstimo Longo Prazo

Em 30 de outubro de 2014, a Companhia firmou contrato de empréstimo Ponte junto ao BNDES no montante de R\$ 1.106.000, a ser liberado parceladamente, com vencimento do principal previsto para 15 de março de 2016.

Conforme inicialmente previsto em seu plano de negócios, a Companhia previa a captação de empréstimo de Longo Prazo junto ao BNDES juntamente com bancos comerciais e mercados de capitais para financiamento dos investimentos previstos e executados referentes à Fase I–B, cujas obras foram concluídas em abril de 2016. Porém, a deterioração do cenário econômico e político do país trouxe implicação direta no mercado de crédito e impôs desafios à estruturação do financiamento de Longo Prazo da Companhia, com a exigência de garantias restritivas aos acionistas.

Com a reestruturação societária do acionista privado ocorrida em 14 de dezembro de 2017 e a reprogramação dos pagamentos das contribuições fixas, a CARJ contratou o financiamento de Longo Prazo junto ao BNDES e bancos comerciais no valor total de R\$ 1.620.000.

Entre as principais condições para desembolso dos recursos do Longo Prazo constavam a comprovação do pagamento da totalidade da contribuição fixa de 2017 e a celebração do aditivo contratual referente à reprogramação dos pagamentos das contribuições fixas, incluindo a liquidação da primeira parcela da reprogramação.

Após o cumprimento das condições acima mencionadas, em 22 de dezembro de 2017, houve o desembolso da tranche de repasse correspondente a 51% do total do Longo Prazo no valor de R\$ 826.200. Com o desembolso da tranche de repasse, a Concessionária quitou, no dia 22 de dezembro de 2017, as suas obrigações com o Empréstimo Ponte, no valor de R\$ 977.847. A tranche direta, correspondente a 49% do total do Longo Prazo no valor de R\$ 793.800, será desembolsada até o final de maio/2018.

(c) Capital Circulante Líquido

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia apresentava o Capital Circulante Líquido (“CCL”) negativo de R\$ 723.555 (31 de dezembro de 2016 – R\$ 2.676.081), basicamente em virtude da segunda parcela da reprogramação dos pagamentos das contribuições fixas, cujo vencimento é 30 de junho de 2018. O pagamento da segunda parcela será quitado com a liberação da tranche direta do empréstimo Longo Prazo em maio de 2018 e com o aporte de capital da Infraero em 31 de março de 2018 (Nota 20)

(d) Operação Lava Jato

Desde 2014 encontram-se em andamento investigações e outras medidas legais conduzidas pela Justiça Federal e pelo Ministério Público Federal, no contexto da chamada Operação “Lava Jato”, que tem por objeto, principalmente, práticas relacionadas à corrupção e lavagem de dinheiro, e que envolvem empresas e executivos do Grupo Odebrecht, do qual a Companhia fez parte até 14 de dezembro de 2017, conforme descrito acima em b (ii). A Companhia não tem conhecimento sobre nenhum tipo de investigação que esteja em andamento, conduzida por autoridades públicas federais, ou de nenhuma investigação conduzida por agentes públicos locais ou organismos internacionais contra a Companhia ou os seus executivos relacionada à Operação Lava Jato.

Concessionária Aeroporto Rio de Janeiro S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2 Políticas contábeis

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), e as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS)), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração destas demonstrações financeiras estão descritas a seguir.

2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor que, no caso de ativos e passivos financeiros, é ajustado para refletir a mensuração ao valor justo.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3.

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 02 de março de 2018.

2.2 Caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras

São avaliados ao custo acrescidos dos rendimentos até a data do balanço e compreendem dinheiro em caixa, depósitos bancários à vista, aplicações financeiras de curto prazo e de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses ou menos, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e com baixo risco de mudança de valor.

2.3 Ativos financeiros

(a) Classificação, Reconhecimento e Mensuração

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob a categoria de empréstimos e recebíveis a depender da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

Os ativos financeiros são apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço.

Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Concessionária Aeroporto Rio de Janeiro S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) *Impairment* de ativos financeiros

(i) Ativos mensurados ao custo amortizado.

A Companhia avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por *impairment* são incorridas somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

O montante da perda por *impairment* é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo ou investimento mantido até o vencimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por *impairment* é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, a Companhia pode mensurar o *impairment* com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável.

Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão dessa perda reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, não foram identificadas pela administração da Companhia evidências objetivas que pudessem justificar o registro de perdas de *impairment*.

(c) Empréstimos e recebíveis

São incluídos nesta classificação os ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados no ativo não circulante). Em 31 de dezembro de 2017, compreendem as rubricas "Caixa e equivalentes de caixa", "Aplicações financeiras", "Contas a receber" e "Partes relacionadas" (Notas 7, 8, 9 e 11, respectivamente).

2.4 Contas a receber

As contas a receber correspondem aos valores a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber são inicialmente reconhecidas pelo valor justo, que não difere dos valores faturados incluindo os respectivos impostos diretos, menos os impostos retidos na fonte e subsequentemente mensurados pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros, menos a provisão para créditos de liquidação duvidosa ("PCLD").

A provisão estimada para créditos de liquidação duvidosa é constituída com base na análise da probabilidade de recebimento de cada título por cliente. O montante registrado em 31 de dezembro de 2017 é considerado suficiente pela Administração observando-se o histórico de perdas do contas a receber.

Concessionária Aeroporto Rio de Janeiro S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.5 Estoques

Os estoques correspondem a materiais de reposição e manutenção relacionados às atividades da Companhia e são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O método de avaliação dos estoques é o da média ponderada móvel.

2.6 Despesas antecipadas

As despesas antecipadas, compostas por prêmios de seguros a apropriar, são avaliadas ao custo, líquidas das amortizações, que são reconhecidas ao resultado de acordo com o prazo de vigência das apólices.

2.7 Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. O imposto de renda e a contribuição social diferidos, ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los na apuração tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados com base nas leis tributárias promulgadas ou substancialmente promulgadas. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaborados e fundamentados em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

2.8 Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, deduzido de depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens referentes aos bens não conversíveis ao poder concedente. Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

A depreciação é calculada utilizando o método linear considerando seus custos e valores residuais durante a vida útil estimada (Nota 13).

Os gastos com reparos e manutenção são apropriados ao resultado durante o período em que são incorridos.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado ao seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo é maior do que seu valor recuperável estimado. Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o seu valor contábil e são reconhecidos em "Outros ganhos (perdas), líquidos" na demonstração do resultado.

Concessionária Aeroporto Rio de Janeiro S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.9 Ativos intangíveis

(i) Infraestrutura

Nos termos do contrato de concessão e dentro do alcance da interpretação técnica ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão, a Companhia atua como prestadora de serviços, construindo ou melhorando a infraestrutura usada para prestar um serviço público, bem como operar e manter essa infraestrutura durante determinado prazo. O contrato de concessão estabelecido entre a ANAC e a Companhia não determina nenhuma remuneração em ativos financeiros. Dessa forma, a remuneração se dará pela exploração da infraestrutura. As aquisições de bens reversíveis efetuadas durante o prazo de concessão serão entregues ao poder concedente, ao final da concessão, em contrapartida de ativos intangíveis representando o direito de cobrar dos usuários pelo serviço prestado, e a receita será subsequentemente gerada pelos serviços prestados aos usuários.

A amortização deste ativo intangível, representado pelos dispêndios realizados para ampliar a estrutura aeroportuária, é reconhecida no resultado do exercício de acordo com a curva de consumo do benefício econômico esperado (curva de demanda de passageiros) ao longo do prazo de concessão do aeroporto.

(ii) Software

As licenças de *software* adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os ativos e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimável às taxas anuais mencionadas na Nota 14.

Os custos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

(iii) Direito de outorga

O contrato de concessão obtido pela Companhia junto ao poder concedente se enquadra como um contrato de execução. Desta forma, o gasto com o direito de outorga da concessão foi registrado a valor presente, calculado com base na taxa de juros anual NTN-B - 150535 de 6,22%, taxa equivalente de mercado com juros compatíveis com a natureza, o prazo e os riscos relacionados ao ônus da outorga, não tendo vinculação com a expectativa de retorno da concessão. A amortização deste direito é realizada com base na curva de benefício econômico esperado ao longo do prazo da concessão (curva de demanda de passageiros), limitada à capacidade máxima de cada marco de investimento. Os marcos de investimento originam-se de gatilhos atrelados à curva de demanda de passageiros, com vistas à manutenção do nível de serviço exigido pelo Poder Concedente.

Os ônus financeiros provenientes da atualização da outorga são, por sua vez, capitalizados ao longo da evolução dos marcos de investimento, até a sua conclusão.

2.10 Credor pela aquisição da concessão

Representa as obrigações a pagar ao Poder Concedente pelo direito de exploração do Aeroporto do Galeão que são registradas inicialmente a valor justo, amortizados pelas liquidações financeiras, e estão registradas no passivo não circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento inferior a 12 meses após a data do balanço.

Concessionária Aeroporto Rio de Janeiro S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.11 *Impairment* de ativos não financeiros

As revisões de *impairment* são realizadas anualmente ou com maior frequência se eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem um possível *impairment*. Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.

Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de alienação e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGCs)).

Os ativos não financeiros que tenham sido ajustado por *impairment* são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data do balanço.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, não foram identificadas pela administração da Companhia evidências objetivas que pudessem justificar o registro de perdas de *impairment*.

2.12 Financiamentos

Os financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Os financiamentos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquidos dos custos de transação. Os recursos financeiros tomados são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (*pro rata temporis*), com base na taxa efetiva.

Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os custos de financiamento gerais e específicos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de financiamento são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

2.13 Fornecedores e contas a pagar

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

2.14 Adiantamentos de clientes

Os adiantamentos de clientes representam valores cedidos de clientes, em virtude de cumprimento de cláusulas contratuais relativos à cessão de área de espaços comerciais.

Concessionária Aeroporto Rio de Janeiro S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.15 Repasse de adicionais sobre tarifas

Corresponde aos valores a serem repassados ao Fundo Nacional de Aviação Civil (“FNAC”) e Departamento de Controle do Espaço Aéreo (“DECEA”) incidentes sobre as tarifas aeroportuárias e estão, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado.

2.16 Capital social

As ações ordinárias e aportes de capital são classificados no patrimônio líquido.

2.17 Reconhecimento de receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação dos serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, abatimentos e descontos.

A Companhia reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia, conforme descrição a seguir. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda.

(i) Receitas de serviços

Receita de serviços tarifários são reconhecidas quando há a efetiva utilização dos serviços, dos equipamentos, das instalações e das facilidades disponíveis no aeroporto. Contemplam as tarifas de embarque, conexão, pouso, permanência, armazenagem e capatazia.

Receitas de serviços não tarifários contemplam a exploração de atividades econômicas no aeroporto de cessão de espaços, estacionamentos e outros serviços auxiliares às áreas comerciais do sítio aeroportuário. Estas receitas não são regidas por nenhuma regra estabelecida pelo poder concedente, são negociadas livremente entre as partes contratadas e registradas mediante a evidência dos serviços prestados.

(ii) Receita de construção

A receita proveniente dos contratos de prestação de serviços de construção é reconhecida de acordo com o ICPC 01. Os custos dos contratos são reconhecidos na demonstração do resultado, como custo dos serviços de construção, quando incorridos.

A administração entende, baseado em cálculos suporte, que a margem de supervisão das obras é imaterial para fins de mensuração. Logo, a receita de construção é reconhecida sobre os custos incorridos atribuíveis ao contrato de concessão, com margem próxima a 0%.

(iii) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros.

Concessionária Aeroporto Rio de Janeiro S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.18 Benefícios a empregados

A Companhia mantém convênio de adesão com a Odeprev Odebrecht Previdência (“ODEPREV”), entidade fechada de previdência privada, constituindo-se em uma de suas patrocinadoras conveniadas. A ODEPREV proporciona aos seus participantes um plano de contribuição definida, onde é aberto um fundo individual de poupança para aposentadoria, no qual são acumuladas e administradas as contribuições mensais e as esporádicas dos participantes e as contribuições mensais e anuais das patrocinadoras.

No que se refere ao pagamento dos benefícios estabelecidos para o referido plano, as obrigações da ODEPREV estão limitadas ao valor total das quotas dos participantes e, em cumprimento ao regulamento do plano de contribuição definida, não poderá exigir nenhuma obrigação nem responsabilidade por parte das companhias patrocinadoras para garantir níveis mínimos de benefício aos participantes que venham a se aposentar. As contribuições da Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 foram de R\$ 676 (31 de dezembro de 2016, R\$ 887).

Por se tratar de um plano de contribuição definida cujo risco de recebimento dos benefícios é de total responsabilidade dos participantes, a administração avaliou como não aplicável ao plano ODEPREV o tratamento como plano de benefício definido, conforme CPC 33 “Benefícios a empregados”.

2.19 Prejuízo por ação

A Companhia efetua os cálculos do prejuízo por ação utilizando o número médio ponderado de ações totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33).

2.20 Provisão para contingências

As provisões para ações judiciais (trabalhista, civil e tributária) são reconhecidas quando: a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor tiver sido estimado com segurança.

2.21 Novas normas que ainda não estão em vigor

As seguintes novas normas foram emitidas pelo IASB, mas não estão em vigor para o exercício de 2017. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC).

- IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros" aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. A versão completa do IFRS 9 foi publicada em julho de 2014, com vigência para 01 de janeiro de 2018. Ele substitui a orientação no IAS 39, que diz respeito à classificação e à mensuração de instrumentos financeiros. O IFRS 9 mantém, mas simplifica, o modelo de mensuração combinada e estabelece três principais categorias de mensuração para ativos financeiros: custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes e valor justo por meio do resultado. Traz, ainda, um novo modelo de perdas de crédito esperadas, em substituição ao modelo atual de perdas incorridas. O IFRS 9 abranda as exigências de efetividade do hedge, bem como exige um relacionamento econômico entre o item protegido e o instrumento de hedge e que o índice de hedge seja o mesmo que aquele que a administração de fato usa para fins de gestão do risco. Esta norma é aplicável para exercícios iniciados a partir de 01 de janeiro de 2018. A administração está avaliando os impactos de sua adoção.

Concessionária Aeroporto Rio de Janeiro S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- IFRS 15 - "Receita de Contratos com Clientes" - Essa nova norma traz os princípios que uma entidade aplicará para determinar a mensuração da receita e quando ela é reconhecida. Ela entra em vigor em 10 de janeiro de 2018 e substitui a IAS 11 - "Contratos de Construção", IAS 18 - "Receitas" e correspondentes interpretações. Esta norma é aplicável para exercícios iniciados a partir de 01 de janeiro de 2018. A administração está avaliando os impactos de sua adoção.
- IFRS 16 - Operações de Arrendamento Mercantil – Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil (IFRIC 4, SIC-15 e SIC-27). As principais alterações dizem respeito à eliminação da contabilização de arrendamento operacional para o arrendatário, apresentando um único modelo de arrendamento que consiste em: (a) reconhecer os arrendamentos com prazo maior que 12 meses e de valores substanciais; (b) reconhecer inicialmente o arrendamento no ativo e passivo a valor presente; e (c) reconhecer a depreciação e os juros do arrendamento separadamente no resultado. Para o arrendador, a contabilização continuará segregada entre operacional e financeiro. Esta norma é aplicável para exercícios iniciados a partir de 01 de janeiro de 2019. A administração está avaliando os impactos de sua adoção.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre a Companhia.

3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

As demonstrações financeiras da Companhia são revistas de maneira contínua e, para o exercício de 2017 incluem, portanto, estimativas que possuem risco significativo de resultar em ajuste material dentro do próximo exercício, principalmente quanto à determinação de taxas de desconto a valor presente utilizadas na mensuração de certos ativos e passivos de curto e longo prazos, determinação das taxas de amortização de ativos intangíveis obtidas através de estudos de projeção de passageiros e a projeção para reconhecimento e realização de imposto de renda e contribuição social diferidos e outras similares que, não obstante refletirem a melhor precisão possível, podem apresentar variações em relação aos resultados reais.

Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

(a) Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Companhia reconhece imposto de renda e contribuição social diferidos ativos com base nas projeções dos lucros tributáveis futuros. Na determinação desses montantes foram utilizadas as alíquotas previstas para recuperação ou liquidação desses valores.

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, prejuízo fiscal e base negativa, apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas (Nota 12 (b)).

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no fim de cada período e quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo será ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Concessionária Aeroporto Rio de Janeiro S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Capitalização e amortização dos ativos intangíveis

A Companhia reconhece a capitalização das despesas financeiras e o efeito da amortização dos ativos intangíveis, decorrentes do contrato de concessão, através da curva de capacidade instalada e da projeção da curva de demanda de passageiros, limitado ao prazo final da concessão, respectivamente. A Administração entende que são as melhores estimativas para refletir o padrão de consumo de benefícios econômicos futuro incorporados no ativo.

4 Gestão de risco financeiro

(a) Considerações gerais

A Companhia participa de operações envolvendo instrumentos financeiros, incluindo caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, contas a pagar aos fornecedores e financiamentos, com o objetivo de administrar a disponibilidade financeira de suas operações.

A Companhia não operou com instrumentos financeiros derivativos no exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

(b) Gerenciamentos de riscos

A Companhia está exposta a riscos de liquidez, em virtude da possibilidade de não ter caixa suficiente para atender suas necessidades operacionais, a riscos de mercado, decorrentes de variações de taxas de juros e ao risco de crédito, decorrente da possibilidade de inadimplemento de suas contrapartes em aplicações financeiras e contas a receber.

A Companhia adota procedimentos de gestão de riscos de liquidez, de mercado e de crédito, através de mecanismos do mercado financeiro que buscam minimizar a exposição dos ativos e passivos da Companhia, protegendo a rentabilidade dos contratos e do patrimônio.

(c) Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada pela Companhia, sendo sua projeção monitorada continuamente, a fim de garantir e assegurar as exigências de liquidez, os limites ou cláusulas dos contratos de empréstimo e caixa suficiente para atendimento às necessidades operacionais do negócio, conforme mencionado na Nota 1.

A Companhia adota procedimentos de gestão de riscos de liquidez para a proteção e rentabilidade de seus ativos e do seu patrimônio.

O excesso de caixa gerado pela Companhia é investido em contas correntes com incidência de juros, instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para cumprir os seus compromissos, conforme determinado pelas previsões de caixa elaboradas pela Companhia.

A tabela abaixo analisa os passivos financeiros da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os passivos financeiros estão incluídos na análise se seus vencimentos contratuais forem essenciais para um entendimento dos fluxos de caixa. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

	<u>Menos de um ano</u>	<u>Acima de um ano</u>
Em 31 de dezembro de 2017		
Financiamentos	82.615	724.832
Fornecedores e contas a pagar	46.644	
Credor pela aquisição da concessão	1.012.467	22.023.232

Concessionária Aeroporto Rio de Janeiro S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(d) Risco associado a taxas de juros e índice de inflação

A Companhia está exposta ao risco de que uma variação das taxas de juros, podendo causar um aumento na sua despesa financeira com pagamentos de juros futuros.

O risco de taxa de juros da Companhia decorre de empréstimos de curto prazo. Os empréstimos às taxas variáveis expõem a Companhia ao risco de taxa de juros de fluxo de caixa. Os empréstimos às taxas fixas expõem a Companhia ao risco de valor justo associado à taxa de juros.

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia mantém seus empréstimos atrelados à taxa de juros de longo prazo ("TJLP") e à taxa de risco de crédito anual de 5,28%.

A Companhia mantém a sua Outorga Fixa atrelada ao índice de preços ao consumidor amplo ("IPCA").

A Companhia analisa sua exposição à taxa de juros de forma dinâmica. São simulados diversos cenários levando em consideração refinanciamento, renovação de posições existentes e financiamento. Com base nesses cenários, a Companhia define uma mudança razoável na taxa de juros e calcula o impacto sobre o resultado. Para cada simulação, é usada a mesma mudança na taxa de juros. Os cenários são elaborados somente para os passivos que representam as principais posições com juros.

(i) Análise de sensibilidade

Os instrumentos financeiros podem sofrer variações de valor justo em decorrência da flutuação da taxa de juros em seus empréstimos e aplicações financeiras e variação do IPCA na outorga, sendo estas as principais exposições de risco de mercado da Companhia.

A exposição ao risco decorre da possibilidade da Concessionária sofrer ganhos e perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros flutuantes e do IPCA. As taxas de juros dos empréstimos, financiamentos e obrigações com o poder concedente estão vinculados à variação da TJLP e IPCA.

Nos quadros abaixo, são considerados três cenários sobre ativos e passivos financeiros relevantes, sendo: cenário provável, o adotado pela Concessionária e cenários variáveis chaves, com os respectivos impactos nos resultados com deterioração de 25% (cenário A) e 50% (cenário B) da variável do risco considerado. As avaliações de sensibilidade dos instrumentos financeiros são:

	31 de dezembro de 2017	Risco / indexador	Cenário provável	Cenário A	Cenário B
Ativo Financeiro					
Caixa e equivalentes de caixa	265.461	SELIC	19.644	14.733	9.822
Referência de ativos financeiros			Cenário provável	Cenário A	Cenário B
SELIC (% ao ano)			7,40%	5,55%	3,70%
Passivo Financeiro					
Empréstimos e financiamentos	807.447	TJLP	57.528	71.910	86.292
Credor pela aquisição da concessão	10.702.630	IPCA	315.439	394.298	473.158
Referência de passivos financeiros			Cenário provável	Cenário A	Cenário B
TJLP (% ao ano)			7,12%	8,91%	10,69%
IPCA (% ao ano)			2,95%	3,68%	4,42%

(ii) Seleção dos cenários

A Companhia selecionou os riscos de mercado que mais podem afetar os valores dos instrumentos financeiros por ela detidos como sendo a TJLP, o IPCA e a SELIC.

Concessionária Aeroporto Rio de Janeiro S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(e) Risco de crédito

As operações que sujeitam a Companhia à concentração de risco de crédito residem, principalmente, nas contas correntes bancárias e aplicações financeiras, onde a Companhia fica exposta ao risco da instituição financeira envolvida. Visando gerenciar este risco, a Companhia mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições com *ratings* de crédito aceitáveis. Para bancos e outras instituições financeiras, são aceitos somente títulos de entidades independentemente classificadas com *rating* mínimo "A" na escala da *Standard and Poor's*.

Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o período, e a administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes.

(f) Caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber, outros ativos e passivos circulantes

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros da Companhia aproximam-se dos seus valores de realização.

(g) Gestão de capital

A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de financiamentos (incluindo financiamentos de curto e longo prazo adquiridos no mercado conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

Os índices de endividamento podem ser assim sumarizados:

	2017	2016
Total dos financiamentos (Nota 15)	807.447	1.123.764
Menos: Caixa e equivalentes de caixa (Nota 7)	(265.461)	(140.892)
Menos: Aplicações financeiras (Nota 8)	-	(127.465)
Dívida líquida	<u>541.986</u>	<u>855.407</u>
Total do patrimônio líquido	<u>4.598.265</u>	<u>1.340.175</u>
Total do capital	<u>5.140.251</u>	<u>2.195.582</u>
Índice de alavancagem financeira - %	<u>11</u>	<u>39</u>

5 Qualidade do crédito dos ativos financeiros

Os ativos financeiros da Companhia que estão sujeitos à concentração de risco de crédito residem, principalmente, em caixa e equivalentes de caixa. As contas correntes bancárias e aplicações financeiras estão expostas ao risco da instituição financeira envolvida. Visando gerenciar este risco, a Companhia mantém depósitos bancários e aplicações financeiras com instituições classificadas pelas agências *Standard and Poor's*, *Moody's* e *Fitch* pelos ratings mínimos AA-, Aa3 e AA- respectivamente.

Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o período, e a Administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes.

Concessionária Aeroporto Rio de Janeiro S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A qualidade do crédito dos ativos financeiros que não estão vencidos pode ser avaliada mediante referência às classificações externas de crédito (se houver):

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Ativo financeiro da concessão		
Contra partes sem classificação externa de crédito		
Contas a receber (Nota 9)	175.786	94.911
Partes relacionadas (Nota 11)	18.444	18.799
	<u>194.230</u>	<u>113.710</u>
Caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras		
Contra partes com classificação externa de crédito		
Instituição financeira (Nota 7)	265.141	268.087
Contra partes sem classificação externa de crédito		
Caixa geral e numerários em trânsito (Nota 7)	320	270
	<u>265.461</u>	<u>268.357</u>

6 Instrumentos financeiros por categoria

	Empréstimos e recebíveis	
	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Ativos		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 7)	265.461	140.892
Aplicações financeiras (Nota 8)		127.465
Contas a receber (Nota 9)	175.786	94.911
Partes relacionadas (Nota 11)	18.444	18.799
	<u>459.691</u>	<u>382.067</u>
Outros passivos financeiros		
	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Passivos		
Financiamentos (Nota 15)	807.447	1.123.764
Fornecedores e contas a pagar	46.644	48.175
Partes relacionadas (Nota 11)	24.880	24.880
Credor pela aquisição da concessão (Nota 18)	10.702.630	13.026.787
Repasse de adicionais sobre tarifa (Nota 19)	43.495	38.452
	<u>11.625.096</u>	<u>14.262.058</u>

Concessionária Aeroporto Rio de Janeiro S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

7 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Aplicações financeiras (*)	259.819	137.319
Bancos conta movimento	5.322	3.303
Numerários em trânsito	314	265
Caixa geral	<u>6</u>	<u>5</u>
	<u>265.461</u>	<u>140.892</u>

A Concessionária possui aplicações em fundo exclusivo de investimento, de renda fixa, cuja carteira é composta exclusivamente por títulos públicos federais e ativos financeiros de ratings mínimos AA-, Aa3 e AA-, classificados pelas agências *Standard and Poor's*, *Moody's* e *Fitch*, respectivamente.

(*) Composição

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
CDB		45.190
LFT	260.412	
Operações compromissadas		92.627
Outros (a)	<u>(593)</u>	<u>(498)</u>
	<u>259.819</u>	<u>137.319</u>

- (a) Corresponde a gastos envolvendo a administração do fundo, tais como taxa de administração, tributos a recolher, etc.

As aplicações financeiras tratam-se de aplicações no Fundo Diamante, que é um fundo de investimento exclusivo cujas aplicações são realizadas em Letras Financeiras do Tesouro (LFT), títulos de renda fixa marcado a mercado com rentabilidade diária vinculada a SELIC.

A remuneração do fundo é pela taxa média de 99% do CDI (31 de dezembro de 2016, 99%), sem prazo de carência e baixo risco de crédito, com liquidez imediata.

8 Aplicações financeiras

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Fundos de investimentos		<u>127.465</u>
		<u>127.465</u>

Concessionária Aeroporto Rio de Janeiro S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

9 Contas a receber

A Companhia possui contas a receber em 31 de dezembro de 2017 no montante de R\$ 175.786 (31 de dezembro de 2016, R\$ 94.911), sendo R\$ 28.971 vencidas (31 de dezembro de 2016, R\$ 21.702). Esses créditos estão sendo negociados e recebidos de forma gradativa e, com base nos conhecimentos dos negócios, a administração não espera perdas na realização.

A composição dos valores a receber de clientes está apresentada abaixo:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Ativo circulante:		
Comercial	104.760	38.646
Aeroportuária	49.404	42.843
Cargas	13.566	9.023
Outras contas a receber	12.356	6.192
(-) PCLD	<u>(4.731)</u>	<u>(3.116)</u>
	175.355	93.588
Ativo não circulante:		
Comercial	<u>431</u>	<u>1.323</u>
	<u>175.786</u>	<u>94.911</u>

Os valores a receber por vencimento estão apresentados abaixo:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Ativo circulante:		
A vencer	151.115	75.002
PCLD	(4.731)	(3.116)
Títulos vencidos:		
De 1 a 30 dias	1.211	4.059
De 31 a 60 dias	2.054	3.488
De 61 a 90 dias	703	3.468
De 91 a 180 dias	1.862	3.018
Acima de 180 dias	<u>23.141</u>	<u>7.669</u>
	28.971	21.702
	175.355	93.588
Ativo não circulante:		
A vencer	<u>431</u>	<u>1.323</u>
Acima de 180 dias	<u>175.786</u>	<u>94.911</u>

Concessionária Aeroporto Rio de Janeiro S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa foi a seguinte:

Saldos em 31 de dezembro de 2015	610
Constituição	2.519
Reversões	(13)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	3.116
Constituição	1.851
Reversões	(236)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	4.731

10 Tributos a recuperar

	2017	2016
IR e CSL retidos na fonte sobre faturamento e IR retido na fonte sobre rendimentos de aplicações financeiras	4.411	6.617
PIS e COFINS retidos na fonte sobre faturamento e não cumulativos	71.917	36.795
Crédito de PIS e COFINS sobre intangível em infraestrutura (i)	35.267	141.068
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	453	1.497
Outros	290	287
	<u>112.338</u>	<u>186.264</u>
Ativo circulante:	112.338	150.997
Ativo não circulante:		<u>35.267</u>

(i) A Companhia registrou créditos de PIS e COFINS referentes aos gastos com a reforma e construção da infraestrutura.

11 Partes relacionadas

(a) Saldos

	2017	2016
Ativo circulante:		
Contas a receber - OTP (ii)		355
		<u>355</u>
	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Ativo não circulante:		
Contas a receber - Infraero (i)	18.444	18.444
	<u>18.444</u>	<u>18.444</u>
Passivo não circulante:	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Salários a pagar - Infraero (iii)	2.062	2.062
Almoxarifado - Infraero (iv)	4.910	4.910
Valores a pagar - Infraero (v)	17.908	17.908
	<u>24.880</u>	<u>24.880</u>

Concessionária Aeroporto Rio de Janeiro S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Transações

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Resultado:		
Valores a receber - OTP (ii)		355
Custo com serviços de terceiros (v)		(1.835)
Custo com serviços de terceiros (vi)		(42.649)
Custo com serviços de construção (vii)		(255.530)
		<u>(299.659)</u>

- (i) Refere-se substancialmente a valores de telefonia e aluguel de espaços à Infraero;
- (ii) Refere-se a recuperação de gastos com pessoal junto à OTP;
- (iii) Refere-se a reembolso de salários e encargos dos funcionários cedidos pela Infraero durante o processo de transição operacional do Aeroporto do Galeão;
- (iv) Refere-se a itens de almoxarifado adquiridos da Infraero;
- (v) Refere-se a repasse proporcional à Infraero pela utilização dos terminais de carga;
- (vi) Refere-se a valores pagos à Excelente Brasil (empresa do acionista indireto *Changi Airports International*), pelos serviços de consultoria técnica; e
- (vii) Refere-se aos gastos com a construção da infraestrutura do Aeroporto realizada pelo Consórcio Construtor Galeão, formado pelas consorciadas Construtora Norberto Odebrecht Brasil S.A. (“CNOBR”), atual Odebrecht Engenharia e Construções Internacional S.A (“OECI”) e MPE Engenharia e Serviços S.A. (“MPE”), com participação de 90% e 10%, respectivamente.

(c) Honorários da administração

A remuneração paga aos administradores, estatutários e não estatutários da Companhia totalizou o montante de R\$ 11.513 (31 de dezembro de 2016, R\$ 12.913).

(d) Participação nos lucros e resultados

Em 2017, a Companhia pagou participação nos resultados aos empregados e administradores no montante de R\$ 15.580 (31 de dezembro de 2016, R\$ 19.484), referente à provisão registrada em 2016 no resultado na rubrica de despesas gerais e administrativas. Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia constituiu a provisão de R\$ 17.700 (31 de dezembro de 2016, R\$ 15.200) referente ao pagamento a ser realizado em 2018.

12 Imposto de renda e contribuição social diferidos

(a) Reconciliação do imposto de renda e contribuição social diferidos

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Prejuízo antes dos impostos	(508.927)	(531.128)
Imposto de renda (IR) e contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) às alíquotas nominais (34%)	<u>173.035</u>	<u>180.584</u>
Ajustes para apuração da alíquota efetiva:		
Exclusões (adições) permanentes e temporárias, líquidas	<u>(6.109)</u>	<u>(284)</u>
Total de IR e CSLL diferidos	<u>166.926</u>	<u>180.300</u>

Concessionária Aeroporto Rio de Janeiro S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos

Os saldos de ativos e passivos diferidos apresentam-se como segue:

	2017	2016
Ativo não circulante		
Prejuízo fiscal e base negativa	1.008.155	705.914
Diferenças temporárias	323.078	200.636
Tributos diferidos ativos	<u>1.331.233</u>	<u>906.550</u>
Passivo não circulante		
Amortização do Intangível (linear)	(895.808)	(633.359)
Diferenças temporárias	(37.259)	(41.951)
Tributos diferidos passivos	<u>(933.067)</u>	<u>(675.310)</u>
Tributos ativos líquidos	<u>398.166</u>	<u>231.240</u>

Os ativos de impostos diferidos são reconhecidos para os prejuízos fiscais na proporção da probabilidade de realização do respectivo benefício fiscal por meio do lucro tributável futuro.

Os impostos diferidos referem-se basicamente a prejuízos fiscais sobre a diferença entre os critérios de amortização da outorga fiscal e contábil, pelo método linear e pela curva da demanda de passageiros, respectivamente, e a diferença temporária proveniente da divergência entre o tratamento contábil e fiscal para os juros sobre empréstimos capitalizáveis.

A expectativa da Administração da Companhia quanto à realização total dos créditos fiscais constituídos sobre os prejuízos fiscais acumulados, base negativa de contribuição social e a realização do passivo para fins tributários está prevista para ocorrer da seguinte forma:

Ano	Realização do diferido					
	2017			2016		
	Ativo	Passivo	Líquido	Ativo	Passivo	Líquido
2023	1.940		1.940			0
2024	31.387		31.387	11.346		11.346
2025	23.842		23.842			0
2026	68.741		68.741	14.699		14.699
2027	74.577		74.577	39.870		39.870
2028 em diante	1.130.746	(933.067)	197.679	840.635	(675.310)	165.325
Total	<u>1.331.233</u>	<u>(933.067)</u>	<u>398.166</u>	<u>906.550</u>	<u>(675.310)</u>	<u>231.240</u>

13 Imobilizado

(a) Composição

	Taxas anuais médias de depreciação (%)	2017				2016	
		Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido	Líquido	
Máquinas e equipamentos	20	2.403	(788)	1.615	959		
Móveis e utensílios	10	911	(285)	626	732		
Ferramentas e aparelhos	10	365	(191)	174	245		
Veículos	20	574	(417)	157	244		
		<u>4.253</u>	<u>(1.681)</u>	<u>2.572</u>	<u>2.180</u>		

Concessionária Aeroporto Rio de Janeiro S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Movimentação

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Saldo no início do exercício	2.180	2.146
(+) Adições	1.002	590
(-) Venda	(59)	
(-) Depreciação	<u>(551)</u>	<u>(556)</u>
Saldo no final do exercício	<u>2.572</u>	<u>2.180</u>

14 Intangível

(a) Composição

	Taxas anuais médias de amortização (%)	<u>2017</u>				<u>2016</u>
		Custo	Atualização monetária	Amortização Acumulada	Líquido	Líquido
Intangível em infraestrutura (i)						
Edificações e instalações	*	1.932.373		(50.306)	1.882.067	2.114.092
Máquinas e equipamentos	*	301.306		(21.243)	280.063	68.377
Móveis e utensílios	*	13.239		(990)	12.249	2.725
Veículos	*	<u>13.104</u>		<u>(1.302)</u>	<u>11.802</u>	<u>12.441</u>
		2.260.022		(73.841)	2.186.181	2.197.635
Outros intangíveis (ii)						
Direito de outorga da concessão	*	9.524.449	4.006.322	(254.690)	13.276.081	12.771.822
Softwares adquiridos de terceiros	*	<u>19.837</u>		<u>(2.362)</u>	<u>17.475</u>	<u>9.875</u>
		9.544.286	4.006.322	(257.052)	13.293.556	12.781.697
		<u>11.804.308</u>	<u>4.006.322</u>	<u>(330.893)</u>	<u>15.479.737</u>	<u>14.979.332</u>

(*) A amortização é calculada pelo período da concessão conforme descrito na nota 2.9 (iii).

(i) Intangível em Infraestrutura

Referem-se aos custos dos investimentos em bens reversíveis ao poder concedente, direcionados para a infraestrutura da concessão.

A Companhia adota o procedimento de capitalizar 100% dos custos de financiamento diretamente atribuíveis às aquisições de sua infraestrutura. Em 31 de dezembro de 2017, não houve capitalização de financiamentos (31 de dezembro de 2016, R\$ 44.998).

(ii) Outros intangíveis

O contrato de concessão representa um direito de cobrar dos usuários dos serviços públicos, via tarifação, pelo período de tempo por ele estabelecido em cada contrato.

Os *softwares* correspondem aos sistemas operacionais adquiridos pela Companhia e são amortizados pelo método linear alocados ao custo dos serviços.

Concessionária Aeroporto Rio de Janeiro S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Movimentação

	<u>Infraestrutura</u>	<u>Direito de outorga</u>	<u>Software</u>	<u>Total</u>
Custo	2.228.833	12.912.980	11.128	15.152.941
Amortização acumulada	(31.198)	(141.158)	(1.253)	(173.609)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	2.197.635	12.771.822	9.875	14.979.332
Aquisições	27.779		8.709	36.488
Créditos de Pis e Cofins (*)	3.410			3.410
Encargos capitalizados		617.791		617.791
Amortização	(42.643)	(113.532)	(1.109)	(157.284)
Saldo contábil	2.186.181	13.276.081	17.475	15.479.737
Custo	2.260.022	13.530.771	19.837	15.810.630
Amortização acumulada	(73.841)	(254.690)	(2.362)	(330.893)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	2.186.181	13.276.081	17.475	15.479.737

(*) R\$ 3.410 referem-se a créditos de PIS e COFINS sobre a aquisição do intangível.

15 Financiamentos

	<u>Moeda</u>	<u>Encargos financeiros anuais</u>	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Financiamento BNDES - Empréstimo Ponte	R\$	TJLP+ 2,4%		1.137.349
Custo de transação				(13.585)
Financiamento BNDES - Longo Prazo	R\$	TJLP+ 5,28%	828.541	
Custo de transação			(21.094)	
			<u>807.447</u>	<u>1.123.764</u>

Em 30 de outubro de 2014, a Companhia firmou contrato de financiamento junto ao BNDES, no montante de R\$ 1.106.000, a ser liberado parceladamente, com vencimento do principal inicial em 15 de março de 2016. Em 01 de março de 2016, a Companhia e o BNDES assinaram o primeiro aditivo contratual, prorrogando o vencimento da parcela única de amortização, de 15 de março de 2016 para até 15 de junho de 2016. Em 14 de junho de 2016, a Companhia e o BNDES assinaram o segundo aditivo contratual, prorrogando o vencimento, de 15 de junho de 2016 para até 15 de julho de 2016. Em 15 de julho de 2016, a Companhia e o BNDES assinaram o terceiro aditivo contratual prorrogando o vencimento, de 15 de julho de 2016 para até 01 de abril de 2017. Em 29 de março de 2017, a Companhia e o BNDES assinaram o quarto aditivo contratual, prorrogando o vencimento de 01 de abril de 2017 para 15 de junho de 2017. Em 29 de março de 2017, a Companhia e o BNDES assinaram o quinto aditivo contratual, prorrogando o vencimento de 15 de junho de 2017 para 30 de novembro de 2017. Em 30 de novembro de 2017, a Companhia e o BNDES assinaram o sexto aditivo contratual, prorrogando o vencimento de 30 de novembro de 2017 para 15 de dezembro de 2017. Em 13 de dezembro de 2017, a Companhia e o BNDES assinaram o sétimo aditivo contratual, prorrogando o vencimento de 15 de dezembro de 2017 para 26 de dezembro de 2017.

Em 15 de fevereiro de 2016, 16 de maio de 2016, 15 de agosto de 2016 e 16 de novembro de 2016, a Companhia liquidou as parcelas de juros do contrato de financiamento do BNDES nos valores de R\$ 22.904; R\$ 22.986; R\$ 23.068 e R\$ 23.665, respectivamente. Os pagamentos totalizaram R\$ 92.623 no exercício de 2016.

Em 15 de fevereiro de 2017, 15 de maio de 2017, 15 de agosto de 2017 e 16 de novembro de 2017, a Companhia liquidou as parcelas de juros do contrato de financiamento do BNDES nos valores de R\$ 23.234; R\$ 21.148; R\$ 20.210 e R\$ 20.403, respectivamente. Os pagamentos totalizaram R\$ 84.995 no exercício de 2017.

Concessionária Aeroporto Rio de Janeiro S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em 03 de março de 2017 e 02 de junho de 2017, a Companhia amortizou parcelas do contrato de financiamento do BNDES nos valores de R\$ 148.005; R\$ 18.670, respectivamente.

Em 18 de dezembro de 2017, a Companhia assinou com o BNDES o contrato de Longo Prazo, cujo primeiro desembolso ocorreu em 22 de dezembro de 2017 no montante de R\$ 826.200.

Em 22 de dezembro de 2017, a Companhia amortizou a parcela remanescente do contrato de financiamento (Empréstimo Ponte) com o BNDES no valor de R\$ 969.992, quitando integralmente o financiamento.

O saldo a pagar em 31 de dezembro de 2017, está apresentado pelo valor justo e líquido do custo de transação no montante de R\$ 21.094 (31 dezembro de 2016, R\$ 13.585).

(a) Movimentação

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Saldo no início do exercício	1.123.764	1.109.053
Liberação principal	826.283	
Pagamento principal	(1.136.667)	
Correção monetária	10.906	16.112
Juros provisionados	83.520	92.622
Juros pagos	(92.851)	(92.623)
Custo de transação	(58.977)	(32.674)
Amortização do custo de transação	51.469	31.274
Saldo no final do exercício	<u>807.447</u>	<u>1.123.764</u>

(b) Garantias

O contrato de Financiamento com o BNDES detém como garantia as ações do projetos e os direitos creditórios da concessão que são compartilhados entre o BNDES e os bancos repassadores da transação. Além disso, o BNDES detém como garantia uma fiança corporativa emitida pela Changi Airport International, garantindo 49% do financiamento total e referente somente à tranche direta do financiamento.

16 Adiantamento de clientes

Os valores registrados na rubrica de adiantamento de clientes no montante de R\$ 210.197 (31 de dezembro de 2016, R\$ 163.403) sendo R\$ 29.919 (31 de dezembro de 2016, R\$ 21.931) no passivo circulante e R\$ 180.278 (31 de dezembro de 2016, R\$ 141.472) no passivo não circulante, referem-se a receitas não tarifárias de cessão de espaços físicos para fins comerciais, que serão apropriados aos exercícios futuros conforme a sua competência.

Concessionária Aeroporto Rio de Janeiro S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

17 Contingências cíveis

A Concessionária é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos. Conforme opinião dos assessores jurídicos da Companhia, as ações apresentadas a seguir possuem expectativa de perda possível, por essa razão, não foram constituídas as respectivas provisões.

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Cíveis (a)	19.568	910
Trabalhistas (b)	8.092	4.109
Tributários (c)	2.072	998
Administrativa (d)	<u>1.415</u>	
	<u>31.147</u>	<u>6.017</u>

(a) Riscos Cíveis:

A Concessionária é parte em diversos processos de natureza cível cujos objetos, em sua maioria, são pedidos de indenização por danos morais e materiais decorrentes de relação de consumo dos usuários da estrutura aeroportuária. Bem como, outros oriundos de relações comerciais.

(b) Riscos Trabalhistas:

A Concessionária é parte em diversos processos de natureza trabalhista cujos objetos, em sua maioria, são pedidos de condenação subsidiária em verbas trabalhistas, decorrentes de contratos de prestação de serviços.

(c) Riscos Tributários

Principalmente Autos de Infração lavrados pela Secretaria da Receita Federal em virtude de supostos descumprimentos da legislação aduaneira.

(d) Riscos Administrativos

Autuações de autoridades administrativas, como ANAC, ANVISA e RFB, com instauração dos respectivos processos administrativos nos quais a Concessionária figura no polo passivo.

Depósitos Recursais:

Em 31 de dezembro de 2017 a Concessionária possuía R\$ 137 (31 de dezembro de 2016, R\$ 46) em depósitos recursais e não possuía depósitos judiciais.

Concessionária Aeroporto Rio de Janeiro S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

18 Credor pela aquisição da concessão

	2017		2016	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Outorga fixa a pagar (a)	1.012.467	23.726.748	1.794.334	24.330.960
Ajuste a valor presente (a)		(14.078.650)		(13.242.882)
Encargos sobre obrigações (b)			104.360	
Outorga variável a pagar (c)	42.065		40.015	
	<u>1.054.532</u>	<u>9.648.098</u>	<u>1.938.709</u>	<u>11.088.078</u>

- (a) A outorga fixa foi registrada com base no direito contratual da Companhia de explorar o complexo aeroportuário do Galeão (Nota 1). O cálculo do valor presente foi efetuado considerando a taxa de juros anual de 6,22%. Em maio de 2015, a Companhia liquidou a primeira parcela da outorga fixa no montante de R\$ 854.241. A segunda parcela, referente ao ano de 2016, foi parcialmente paga em dezembro de 2016 e totalmente liquidada em maio de 2017. A terceira parcela, correspondente ao exercício de 2017, foi integralmente quitada em dezembro de 2017.
- (b) Valor correspondente à multa de 2% sobre a parcela não paga em maio de 2017 e correção mensal atrelada à SELIC.
- (c) A Contribuição Variável, até o exercício de 2016, correspondeu a alíquota de 5% sobre a receita operacional bruta e, a partir do exercício de 2017, da aplicação de alíquota de 5% sobre a base definida na Nota 1(a). Em 15 de maio de 2017, a Companhia liquidou a parcela referente ao exercício de 2016, no montante de R\$ 40.015. A companhia apurou o valor de R\$ 42.065 a ser liquidado na data de 15 de maio de 2018.

19 Repasse de adicionais sobre tarifa

	2017	2016
FNAC (a)	22.581	30.579
ATAERO (b)	1.315	7.572
PAN e PAT (c)	314	301
Contribuição Mensal (d)	19.285	
	<u>43.495</u>	<u>38.452</u>

- (a) O repasse FNAC corresponde ao adicional do Fundo Nacional de Aviação Civil incidente sobre as tarifas de embarque internacional instituído pela Lei n. 9.825, de 23 de agosto de 1999.
- (b) O repasse ATAERO é o adicional tarifário instituído pela Lei n. 7.920, de 12 de dezembro de 1989, cobrado sobre as tarifas aeroportuárias no valor de 35,90% dos valores efetivamente cobrados dos usuários. Esse repasse foi extinto pela lei 13.319 de 25 de julho de 2016, a partir do 1º dia de janeiro do ano de 2017. O valor de R\$ 1.315 é referente a títulos, de competência anterior a 2017, ainda não recebidos pela Concessionária.
- (c) Repasse PAN/PAT foi fixado em função do uso das comunicações e dos auxílios, rádio e visuais em área terminal de tráfego aéreo (doméstico ou internacional) e é destinado ao DECEA.
- (d) A contribuição Mensal foi constituída por meio da decisão nº 106 da Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC, emitida em 28 de junho de 2017 e é resultante da aplicação de alíquota de 22,652134% sobre a receita proveniente da cobrança de tarifas de embarque, pouso e permanência e dos preços unificados e de permanência, domésticas e internacionais, e de armazenagem e capatazia.

Concessionária Aeroporto Rio de Janeiro S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

20 Patrimônio líquido

Em 18 de abril de 2017, os acionistas da Companhia realizaram a integralização de capital social no montante de R\$ 890.819, sendo R\$ 454.318, representado por 454.317.968 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, integralizados pela RJA e R\$ 436.501, representado por 436.501.576 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, integralizados pela Infraero.

Em 14 de dezembro de 2017, os acionistas da Companhia realizaram a subscrição e integralização parcial de capital social no montante de R\$ 3.030.749, sendo R\$ 1.545.682 representado por 1.545.682.032 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal subscritas e integralizadas pela RJA, e R\$ 1.485.067 representado por 1.485.067.050 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal subscritas pela Infraero, sendo R\$ 1.163.590 integralizados em 18 de dezembro de 2017 e R\$ 321.477 a serem integralizados até 31 de março de 2018.

Em 31 de dezembro de 2017, o capital social e o quadro acionário da Companhia está representado a seguir:

Acionistas	Capital integralizado	Capital a integralizar	Ações nominativas	Participação (%)
Rio de Janeiro Aeroportos S.A.	2.913.100		2.913.100.430	51%
Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária	2.477.384	321.477	2.798.861.196	49%
	<u>5.390.484</u>	<u>321.477</u>	<u>5.711.961.626</u>	<u>100%</u>

O capital social autorizado da companhia em 31 de dezembro de 2017 é de R\$ 5.711.962.

21 Receita líquida

	2017	2016
Receita de construção - ICPC 01	36.882	478.696
Receita de operação bruta		
Receita aeroportuária	367.579	267.802
Receita de cargas	164.760	143.424
Receita comercial	459.007	410.164
Outras receitas	6.184	5.233
	<u>997.530</u>	<u>826.623</u>
Receita bruta total	<u>1.034.412</u>	<u>1.305.319</u>
Tributos sobre serviços de operação	(117.921)	(97.400)
Devoluções e cancelamentos	(20.135)	(26.332)
	<u>896.356</u>	<u>1.181.587</u>

Concessionária Aeroporto Rio de Janeiro S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

22 Custos dos serviços

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Custo de operação		
Amortização do intangível	(153.382)	(118.505)
Serviços de terceiros	(115.907)	(194.256)
Custo de material	(30.056)	(34.217)
Outorga variável	(41.371)	(39.354)
Contribuição mensal	(116.703)	
Custo com água, esgoto e energia elétrica	(31.271)	(48.779)
Gastos com pessoal	(74.603)	(76.839)
Demais custos	(16.562)	(7.142)
	<u>(579.855)</u>	<u>(519.092)</u>
Custos de construção da infraestrutura - ICPC 01	<u>(36.882)</u>	<u>(478.696)</u>
	<u>(616.737)</u>	<u>(997.788)</u>

23 Despesas gerais e administrativas

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Despesa com pessoal	(40.956)	(40.751)
Serviços de auditoria e consultoria	(17.183)	(16.987)
Gastos gerais	(10.631)	(14.675)
Outros	(1.490)	(2.948)
	<u>(70.260)</u>	<u>(75.361)</u>

24 Resultado financeiro, líquido

Concessionária Aeroporto Rio de Janeiro S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	2017	2016
Receitas financeiras		
Receita de aplicações financeiras	16.900	34.925
Variação cambial	6	2
Variação monetária	471	643
Juros sobre atraso	3.436	2.042
Descontos obtidos	98	1.183
	20.911	38.795
Despesas financeiras		
Juros e encargos financeiros sobre empréstimos e outorga fixa	(253.137)	(181.838)
Variação monetária	(209.776)	(267.688)
Variação cambial	(18)	(19)
Ajuste a valor presente	(247.668)	(198.722)
Juros e comissões bancárias	(13.600)	(24.942)
IOF sobre operações financeiras	(16.156)	(1.230)
Outras	(2.124)	(5.161)
	(742.479)	(679.600)
	(721.568)	(640.805)

25 Prejuízo por ação

(a) Básico e diluído

O prejuízo básico por lote de ações é calculado mediante a divisão do prejuízo atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações emitidas durante o exercício findo em 31 de dezembro:

	2017	2016
Prejuízo do exercício atribuível aos acionistas da Companhia titulares de ações	(342.001)	(350.828)
Quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas (lote de mil)	2.542.680	1.647.280
Prejuízo básico e diluído por ação - R\$	(0,13)	(0,21)

26 Seguros (Não auditado)

As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.

A Companhia apresenta as seguintes apólices de seguros contratadas com terceiros:

Modalidade	Seguradora	Vigência até	Cobertura
Seguro de veículos	TOKIO MARINE	30/09/2018	(*)
Seguro de riscos operacionais	AIG	02/10/2018	4.261.531
Seguro de riscos de engenharia	AIG	31/12/2017	2.146.231
Seguro garantia executante concessionário	PAN	02/04/2019	413.578
Seguro de responsabilidade civil de Hangar e serviços aeroportuários	MAPFRE	17/10/2018	USD 500.000
Seguro de terrorismo e sabotagem	AIG	02/10/2018	800.000
Seguro de responsabilidade civil de diretores e administradores (D&O)	CHUBB	31/12/2017	50.000
Seguro de responsabilidade civil operações amplas	AIG	17/04/2018	30.000
Seguro de responsabilidade civil geral	AIG	17/04/2018	30.000
Seguro de riscos ambientais	AIG	31/12/2017	10.000
Seguro garantia de compra e venda de energia	FAIRFAX BRASIL	01/07/2018	8.515

(*) 110% da Tabela FIPE

* * *

